



Nasce a Frente Parlamentar da Advocacia Pública

página 7



ANPPREV reforça demandas dos associados em Reunião na AGU

página 3

▼ ENTREVISTA

Lafayette de Andrada,
presidente da Frente
da Advocacia Pública

página 5

▼ UNIDADE

ANPPREV retorna ao
Forvm da Advocacia
Pública Federal

página 11

▼ HISTÓRIA

José Weber Holanda
Alves relembra
origens da PGF

página 15

CONSELHO EXECUTIVO 2022-2025

Presidente

MARIA SANTÍSSIMA MARQUES

Vice-Presidente

TITULAR: Rogério Santos Correia

SUPLENTE: Marcílio da Silva

Diretoria de Administração e Conformidade

TITULAR: Lira Maria Lopes Melo

SUPLENTE: Roberto Ricardo Mader
Nobre Machado

Diretoria de Finanças e Patrimônio

TITULAR: Aluizo Silva de Lucena

SUPLENTE: Patrícia Helena Bonzanini
Martins de Sá

Diretoria de Aposentados, Pensionistas e Serviço Social

TITULAR: Amélia Cristina Marques Caracas

SUPLENTE: Renato Paulino de
Carvalho Filho

Diretoria de Comunicação Institucional e Relações Públicas

TITULAR: Ana Dorinda Carballada Adsuara

SUPLENTE: Rodrigo Araújo Ribeiro

Diretoria de Assuntos Jurídicos

TITULAR: Eulina de Sousa

Brito Dorneles Berni
SUPLENTE: Carlos Antônio de Araújo

Diretoria de Planejamento, Projetos e Orçamento

TITULAR: Antonio Carlos Barbosa

SUPLENTE: Marisa Cássia Batista de Sá

Diretoria de Relações Institucionais

TITULAR: Eni Terezinha Aragão Duarte

SUPLENTE: Elaine Lustz Portela

Diretoria de Mobilização e Política de Classe

TITULAR: José Eduardo Cruz Dias Lima

SUPLENTE: Rosemary Montenegro Bezerra
Marques de Souza

Diretoria de Eventos e Cultura

TITULAR: Maria Dolores Oenning Andrade

SUPLENTE: Maria José Schmall Wolf

SEDE NACIONAL

SAUS Qd 06, Bloco K

Ed. Belvedere, Brasília/DF

CEP 70.070-915

(61) 3322-0170

0800-648-1038

www.anpprev.org.br

anpprev@anpprev.org.br

Produzido por

Invicta Comunicação

Textos: Gustavo Elisson, Juliana
Martins, Mariana Sousa e
Samuel Oliveira

Capa, Diagramação e

infográficos: Lucivam Queiroz

▲ CARTA AO LEITOR

Prezado (a) colega,

A instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública na 57ª Legislatura inaugurou um novo estágio da interlocução no Congresso Nacional acerca do fortalecimento e da valorização dos advogados públicos federais ativos e aposentados, bem como pensionistas.

O ato de lançamento, em abril, foi prestigiado por congressistas, autoridades do Executivo e lideranças de entidades representativas das carreiras. Nos discursos durante a solenidade, o reconhecimento à importância da soma de esforços para a consolidação de mais este espaço de debate.

Fruto da articulação conjunta da ANPPREV, de entidades coirmãs, da Ordem dos Advogados do Brasil, com o apoio de congressistas das duas Casas e sob coordenação do deputado federal Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), a Frente, por certo, será responsável por abrir portas, não só dentro do Congresso Nacional, mas também juntamente a atores dos demais Poderes.

Em outros âmbitos, os diálogos também vêm propiciando importantes conquistas. Uma delas é a efetivação do reajuste remuneratório para ativos, aposentados e pensionistas do Executivo, que encerrou, de maneira bem-sucedida, a primeira etapa de trabalhos da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entre as representações do funcionalismo e o Ministério

da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A atuação desenvolvida nas mais variadas esferas, em prol dos pleitos dos anpprevianos e do engrandecimento de nossa Associação e da Advocacia Pública Federal, estampa esta publicação. Entrevista com o deputado Lafayette de Andrada, que projeta os próximos passos da Frente Parlamentar; o estreitamento de laços com a nova cúpula da Advocacia-Geral da União, onde apresentamos recentemente uma série de requerimentos; os diálogos no Ministério da Previdência Social, com a proposta de uma parceria técnica para debater a resolução de demandas urgentes do setor; o retorno da ANPPREV para o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, instância estratégica para a sistematização de iniciativas em defesa das carreiras; artigo do ex-Procurador-Geral do INSS e coordenador do Centro de Estudos Jurídicos da ANPPREV, Sebastião Faustino de Paula, e um resgate das origens da PGF, em entrevista com o primeiro Procurador-Geral Federal, José Weber Holanda Alves, são também destaques nas próximas páginas.

Nada disso seria possível sem o seu apoio, caro associado. E é por você que seguimos, dia a dia, trabalhando por uma entidade mais forte e representativa.

Boa leitura!

Maria Santíssima Marques
Presidente da ANPPREV



Em reunião com ministro da AGU, ANPPREV reforça demandas dos associados

Associação entregou requerimentos a Jorge Messias, por meio dos quais pede soluções a pleitos de ativos, aposentados e pensionistas

A ANPPREV mantém sua atuação diuturna frente aos variados pleitos dos associados ativos, aposentados e pensionistas. No dia 9 de maio, a Associação reforçou uma série de reivindicações durante reunião com o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, e com a secretária-geral de Consultoria da AGU, Clarice Calixto. A presidente, Maria Santíssima Marques, o vice-presidente, Rogério Correia, o diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, e os assessores parlamentares da Presidência da ANPPREV, Roberto Giffoni e José Expedito de Freitas, estiveram presentes.

No início do encontro, a presidente Maria Santíssima enalteceu a atuação da AGU e reafirmou a disposição em trabalhar de modo conjunto e coordenado, com vistas à solução de demandas e ao engrandecimento da Instituição.

Na sequência, os representantes da ANPPREV entregaram ao Advogado-Geral da União diversos requerimentos, por meio dos quais solicitam uma atenção especial e providências em relação a questões de interesse dos advogados públicos federais.

A atuação no Congresso Nacional em matérias que afetam as carreiras também esteve em pauta. Neste

sentido, os presentes destacaram o protagonismo que terá a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública. Roberto Giffoni fez um relato sobre a intensa agenda de reuniões com parlamentares para discussão de matérias como o projeto que trata da Lei Orgânica da AGU e está sob relatoria do deputado federal Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), presidente da Frente Parlamentar. “Queremos atuar de maneira alinhada e em sintonia com a AGU”, afirmou Giffoni.

O ministro reconheceu a importância do trabalho que vem sendo desempenhado pela ANPPREV junto

ao Parlamento. “O papel que vocês fazem em contínuo com o Legislativo é muito importante. Neste plano, nós não temos que ter partido. O que é preciso é ter capacidade de articulação política, que é algo bem desenvolvido pelas entidades de classe”, pontuou.

Com o objetivo de fortalecer ainda mais a parceria, Jorge Messias requisitou o apoio da ANPPREV a iniciativas em curso na AGU, como o Comitê de Diversidade e os novos cursos da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU). O ministro também se comprometeu a manter os diálogos sobre os pontos em discussão na oportunidade e outros temas de relevância para a casa e seu corpo funcional. “A AGU já se tornou uma instituição de excelência, mas podemos ser muito mais. Entregar uma qualidade de trabalho para a sociedade ainda maior”, encerrou.

APROXIMAÇÃO CONSTRUÍDA

Anteriormente, no dia 11 de abril, em visita à sede da Associação, o Advogado-Geral da União destacou o legado da ANPPREV como espaço de importantes acontecimentos, dentre eles a coordenação de grandes mobilizações e a fundação do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. “Estar aqui hoje é uma alegria enorme para mim, porque estou retornando às minhas origens. Nós começamos aqui a nossa luta em prol da valorização da Advocacia Pública Federal.”

A agenda ainda contou com a participação da Procuradora-Geral Federal, Adriana Venturini, do Consultor-Geral da União, André Dantas, e do diretor da Escola da AGU (ESAGU), João Carlos Souto.

Desde os primeiros meses do ano, a ANPPREV vem abrindo o caminho do diálogo com a cúpula da AGU. Ainda em Janeiro, foi a primeira entidade da

Estar aqui hoje é uma alegria enorme para mim, porque estou retornando às minhas origens. Nós começamos aqui a nossa luta em prol da valorização da Advocacia Pública Federal.

Ministro Jorge Messias

Advocacia Pública recebida pela nova PGF. A presidente, Maria Santíssima Marques, e o diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, se reuniram com Adriana Venturini e com os procuradores federais Glauco Moreira e Sidarta Souza, para dar boas-vindas e desejar sucesso.

Durante a reunião, a presidente indicou temas a serem avaliados durante o ano, que são de interesse dos advogados públicos ativos, aposentados, bem como de seus pensionistas. Ressaltou, ainda, a importância da manutenção do diálogo, com uma agenda constante de reuniões, para averiguar o andamento de cada demanda apresentada.

A interlocução seguiu com novas agendas nos dias 13, 26 e 31 de janeiro. Na primeira delas, realizada na sede da AGU, com o novo Advogado-Geral da União Substituto, Flávio Roman, e com o Procurador-Geral da União, Marcelo Almeida, a ANPPREV e en-

tidades coirmãs pautaram uma série de temas institucionais, com foco no fortalecimento do órgão e, por consequência, do Estado Brasileiro.

No dia 26, foi a vez do Adjunto do Advogado-Geral da União, Junior Divino Fideles, acompanhado de um grupo de procuradores federais indicados para cargos estratégicos no novo governo, conhecer as instalações e um pouco mais sobre o trabalho da ANPPREV. Durante a visita, o diretor Aluizo de Lucena destacou que a Associação está à disposição para discutir matérias de interesse, como a valorização da Advocacia Pública, com vistas a “garantir a boa execução das políticas públicas”.

Já no dia 31 de janeiro, dando continuidade ao contato, a PGF, Adriana Venturini, compareceu à sede da ANPPREV para apresentar outros integrantes da nova cúpula da AGU, dentre eles a Secretária-Geral de Consultoria, Clarice Calixto, o Secretário de Controle Interno da AGU, Diogo da Silva, o Subprocurador-Geral Federal, Igor Lourenço, e a Assessora Especial do Advogado-Geral da União, Cláudia Trindade.

O trabalho de interlocução segue. Acompanhe em nosso site e em nossas redes sociais. ▶



“Eu sempre defendi a máxima de que sonho de se sonha junto vira realidade”



“Não tenho dúvida de que muitas vitórias virão”, afirma deputado Lafayette de Andrada

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública fala dos desafios, perspectivas e da importância da atuação conjunta com as representações das carreiras

“**O** que não abro mão é que atemos unidos, e assim agindo não tenho dúvida de que muitas vitórias virão”, afirma, entusiasmado, o presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG). Em entrevista ao Jornal da ANPPREV, o congressista enfatiza a importância da parceria de sucesso com as representações dos advogados públicos em torno da iniciativa e fala da expressiva adesão ao grupo por pares das mais variadas siglas, bem como das perspectivas, da pauta prioritária e da interlocução com atores de outros Poderes da República.

Para o próximo período, destaca, a manutenção de uma atuação conjunta e

coordenada será fundamental diante dos desafios que se apresentarão. “Nesta ação, conto com as entidades associativas, e vamos estar lado a lado neste processo de convencimento e articulação”, acrescenta.

Confira a entrevista na íntegra abaixo:

Qual a importância da instalação da Frente no atual contexto político para a Advocacia Pública e para o serviço público, de modo geral?

A Frente Parlamentar Mista da Advocacia Pública espelha a força e o reconhecimento do Congresso a uma das procuraturas mais importantes das Funções Essenciais à Justiça, consagrada na atual Carta da República. Além do expressivo número de parlamentares que ade-

“A ANPPREV é uma entidade atuante no Parlamento de longa data, foi parceira do meu pai e muito ajudou ao meu irmão quando ele chefiou a AGU”

riram, quase 250 entre deputados e senadores, vai permitir uma discussão responsável de projetos que fortaleçam o controle primário de legalidade na administração pública, a atuação consultiva e contenciosa na viabilização das políticas públicas e a proteção dos recursos do tesouro, visando coibir a sonegação e a sangria dos cofres públicos de um lado e o combate ao desvio e à corrupção de outro. Ganha a sociedade com a Frente.

Quais os temas prioritários na pauta e desafios neste primeiro período de trabalho?

Nós temos como prioridade o fortalecimento institucional da advocacia pública nos três níveis de governo - federal, estadual e municipal -, a luta pelo tratamento simétrico entre as estruturas de carreira do sistema judiciário e a consolidação das prerrogativas do advogado público.

A Frente conta com uma adesão bastante significativa, mas, para empreender uma agenda positiva no Legislativo será necessário, eventualmente, superar resistências. Como se dará a construção destas instâncias de diálogo com as diferentes siglas e lideranças?

A atuação no Parlamento exige diálogo permanente com as estruturas diretivas, as lideranças e, principal-

mente, os parlamentares. Nesta ação, conto com as entidades associativas, e vamos estar lado a lado neste processo de convencimento e articulação. Tenho certeza que os deputados e senadores não faltarão ao advogado e à Advocacia Pública.

Para além dos limites do Congresso Nacional, como a Frente pode atuar em defesa dos direitos e prerrogativas da Advocacia Pública diante de outros atores e Poderes?

Neste ponto a interlocução com a Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa do meu amigo presidente Beto Simonetti, com a Advocacia-Geral da União, comandada pelo igualmente meu amigo Jorge Messias e os procuradores gerais dos estados e municípios, além da interlocução direta com

os poderes Executivo e Judiciário, são o melhor caminho para avançarmos

Como você avalia a importância da parceria da ANPPREV e das demais entidades nesta trajetória de criação da Frente e já com vistas aos debates que serão travados no Parlamento e em outros âmbitos a partir de então?

Eu sempre defendi a máxima de que sonho que se sonha junto vira realidade. A ANPPREV é uma entidade atuante no Parlamento de longa data, foi parceira do meu pai e muito ajudou ao meu irmão quando ele chefiou a AGU, e as demais entidades da Advocacia Pública Federal seguem a mesma linha. O que não abro mão é que atuemos unidos, e, assim agindo, não tenho dúvida de que muitas vitórias virão. ▴

“[A Frente] vai permitir uma discussão responsável de projetos que fortaleçam o controle primário de legalidade na administração pública, a atuação consultiva e contenciosa na viabilização das políticas públicas e a proteção dos recursos do tesouro”





Articulação conjunta garante instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública

ANPPREV e entidades coirmãs atuaram junto aos congressistas para viabilizar as assinaturas necessárias

O debate sobre os temas de interesse dos associados à ANPPREV ganhou um novo e ilustre espaço no Congresso Nacional. Instalada no dia 25 de abril, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública na 57ª Legislatura será palco de importantes tratativas em prol da valorização dos advogados públicos, do engrandecimento das instituições e do fortalecimento das funções e prerrogativas essenciais à Justiça.

O evento de lançamento, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, reuniu congressistas, autoridades públicas e lideranças de entidades representativas dos advogados públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Pela ANPPREV, participaram a presidente, Maria Santíssima Marques, o diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, a diretora de

Aposentados, Pensionistas e Serviço Social, Amélia Caracas, e os assessores parlamentares da Presidência, Luciana Hoff, José Expedito de Freitas e Roberto Giffoni.

Na abertura da solenidade, o presidente da Frente, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos/MG), exaltou a relevância do papel desempenhado pela Advocacia Pública e suas repercussões positivas. “Esse movimento nasce do pressuposto do reconhecimento da importância dos advogados públicos e dos benefícios que o trabalho de cada um traz para a sociedade”. Ele seguiu elencando matérias e temas prioritários a serem trabalhados neste momento, como o aprimoramento das prerrogativas das carreiras. “Hoje é apenas um primeiro passo, mas um importante passo, que trata do nascimento de uma frente

que lutará por vocês, lutará pelo que é correto, lutará pelo fortalecimento da Advocacia Pública no país”, afirmou aos presentes.

Na mesma linha, a deputada Bia Kicis (PL/DF) valorizou a atuação diuturna dos advogados públicos. “A Advocacia Pública, em todas as suas esferas, é fundamental para o administrador que tem fé pública, aquele administrador que quer fazer o correto e que se ampara em pareceres técnicos, numa advocacia construtiva. Esse mesmo advogado público, vale ressal-



tar, pode também ser um entrave na vida do mal gestor, daquele que não trabalha em prol da sociedade. Dessa forma, se agiganta a figura do advogado público”, observou.

“Fortalecer a Advocacia Pública é fortalecer o Estado Democrático de Direito”, asseverou o deputado Pedro Aihara (Patriota/MG). O congressista ainda agradeceu pela parceria e elogiou a disposição das entidades representativas da classe, que contribuíram desde os primeiros debates para a gestação da Frente. “É momento de nos unirmos para que possamos avançar”, salientou.

Representando a ANPPREV, o diretor Aluizo de Lucena comemorou a criação, no âmbito do Congresso Nacional, de um espaço para dar voz aos advogados públicos de todo o país. “A Advocacia Pública é importante demais para ficar de fora das grandes discussões, principalmente daquelas que acontecem nesta, que é a casa do povo”. Na oportunidade, Aluizo aproveitou para agradecer a dedicação dos associados e assessores Luciana Hoff e Roberto Giffoni com vistas à instalação da Frente.

Flávio Roman, Advogado-Geral da União substituto, representando a AGU, saudou a conjugação de esforços que culminou no levante da Frente. “Com alegria que a Advocacia-Geral da União vê se estabelecer nesta casa um movimento em defesa daqueles que trabalham em prol do interesse público”. Para concluir, Roman colocou a AGU à disposição do Parlamento para a discussão dos

diversos temas que envolvem a Advocacia Pública.

O vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rafael Horn, na mesma linha, salientou o resultado da cooperação dos vários atores. “É com muita honra que celebramos esta parceria. Toda vez que a OAB vem ao Congresso Nacional defender os advogados, ela vem defender a cidadania e, a partir de agora, este consórcio fica ainda mais fortalecido”, encerrou.

ANPPREV, SEDE DA INTERLOCUÇÃO

Mais cedo do mesmo dia, 25 de abril, a ANPPREV recebeu as entidades coirmãs e parlamentares, dentre eles o presidente, Lafayette de Andrada, para café da manhã prévio ao ato de lançamento da Frente Parlamentar. A atividade teve como objetivo dar início aos diálogos, bem como apresentar o Forvm da Advocacia Pública Federal.

“Nós estamos muito contentes com todos vocês aqui e esperamos que, a partir deste momento, ainda mais parcerias possam surgir em benefício da Advocacia Pública. Tenho certeza que desta união nós só poderemos esperar bons frutos”, disse a presidente Maria Santíssima Marques.

A atividade contou também com a participação dos deputados Ana Pimentel (PT-MG) e Diego Garcia (Republicanos/PR). Ambos se prontificaram para o debate de temas que são de interesse da Frente que estejam em análise tanto na Câmara quanto



no Senado. “Como uma Frente Mista, vamos ter que fazer essa linha de atuação também com a outra Casa, para que tenhamos sucesso”, destacou Garcia.

Aproveitando a oportunidade, a ANPPREV conferiu ao coordenador-geral de Gestão Estratégica da Procuradoria-Geral Federal (PGF), o associado Adler Anaximandro Alves, o título de Assessor de Assuntos Estratégicos da Associação. A portaria de nomeação foi entregue pela presidente Maria Santíssima.

O ato de lançamento da Frente marcou o fim da primeira fase dessa importante articulação, desenvolvida, em grande parte, na sede da ANPPREV, em Brasília. Foi nesse espaço que a Associação estreitou laços com congressistas e demais entidades e ampliou o debate para concretização da Frente. Também foi na sede que os representantes estaduais se reuniram para articular o trabalho parlamentar (veja na página 9). O resumo dessa atuação, nos quatros primeiros meses do ano, você confere nas páginas 19 a 22. ▴



Representantes estaduais se reúnem para discutir demandas e definir estratégias

Em Brasília, dirigentes partilharam experiências e levaram pautas ao Congresso Nacional

Em busca da ampliação do debate para definição de novas estratégias de trabalho, no mês de março, o Conselho Executivo da ANPPREV realizou, em Brasília, um encontro com os representantes estaduais da Associação. Durante os dias 13, 14 e 15, os dirigentes debateram temas de interesse dos associados ativos, aposentados e pensionistas, bem como estabeleceram contato com parlamentares de várias unidades federativas no Congresso Nacional.

Na abertura da programação, a presidente, Maria Santíssima Marques, agradeceu o empenho dos representantes na busca do fortalecimento institucional e das carreiras. “Essa força é o que nos leva, a cada dia, a trabalhar para que possamos avançar um pouco mais rumo às conquistas desejadas.”

Além disso, foi destacada a importância do incremento do quadro associativo. O diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, afirmou que esta responsabilidade é “o dever de casa” de cada representante e diretor. “O fato é que precisamos de novos associados. Sem associado, não temos como dar vazão às nossas atividades”, enfatizou.

Logo em seguida, os coordenadores do Centro de Estudos Jurídicos da ANPPREV, Sebastião Faustino de Paula e Álvaro Reinaldo de Souza, relataram sobre as perspectivas para o reinício das atividades do CEJUD (saiba mais sobre a iniciativa na página 14).

ATUAÇÃO NO PARLAMENTO

Ainda no primeiro dia de encontro, os assessores parlamentares da Presidência, Luciana Hoff e Roberto Giffoni, debateram, junto a membros da Consilium Soluções Institucionais e Governamentais, que presta serviços à ANPPREV, estratégias de atuação no Congresso Nacional. Na oportunidade, foi enfatizada a importância de cada representação estadual estabelecer canais de diálogo com os congressistas em suas bases. “É dessa forma que pretendemos desenvolver a lida parlamentar. Nós vamos criando este acesso com os deputados e senadores e somando os esforços com a ajuda de vocês”, disse Giffoni. “Cada um ajuda um pouco. É um trabalho em equipe e cada contato se torna fundamental”, acrescentou Hoff.

No dia seguinte, teve início o trabalho de interlocução parlamentar na Câmara dos Deputados. Durante dois

dias, foram visitadas dezenas de gabinetes. A busca por apoio para a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública e matérias de interesse, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que extingue, de maneira gradual, a contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores aposentados e seus pensionistas, foram alguns dos assuntos em pauta.

HOMENAGEM

A programação do encontro entre o Conselho Executivo e os representantes estaduais contou ainda com uma homenagem aos Procuradores Federais recentemente aposentados.

A Procuradora-Geral Federal (PGF), Adriana Venturini, compareceu à cerimônia e parabenizou a cada um dos homenageados, que, segundo ressaltou, foi responsável por construir as bases de uma instituição forte e valorizada. “Não dá pra falar de PGF sem falar da ANPPREV, sem falar dos procuradores que estavam aqui antes da gente”, disse. “Se não fosse o trabalho de vocês, a gente não existiria hoje”, concluiu. ▲



“A representação estadual é o braço da Associação que abraça o associado”, afirma representante adjunta da Bahia

Maristela Galvão fala sobre a atuação da ANPPREV nos estados

A proximidade com o associado, com atenção e suporte às suas demandas, é uma das marcas das representações estaduais da ANPPREV. Presente em vinte dois estados brasileiros, as representações desempenham também um papel preponderante em outra grande missão da Associação: a articulação parlamentar. Para falar sobre o tema, ouvimos a representante adjunta da Bahia, Maristela Dourado Borges de Barros Galvão. Ao longo das próximas edições do Jornal da ANPPREV, traremos novas entrevistas com representantes estaduais das diferentes regiões.

Leia os principais trechos a seguir.

Quais são, na sua visão, os principais desafios da Advocacia Pública Federal? E neste horizonte, qual o papel das representações regionais da ANPPREV?

A AGU, como instituição, é órgão essencial à justiça, atuando de forma a manter os pilares democráticos do país. Contudo, mesmo com toda a sua importância, ainda não existe uma política satisfatória voltada à valorização dos membros desse grande

escritório, seja na questão relativa ao aparelhamento para melhores condições de trabalho, seja na questão remuneratória.

É nessa seara que se torna imprescindível a atuação das associações. Somente com associações fortes e diligentes é que se torna possível lutar para preservar a dignidade tanto remuneratória, como de condições de trabalho para os membros da AGU e, principalmente, a manutenção dos direitos constitucionais daqueles que tanto serviram à instituição e hoje se encontram, merecidamente, aposentados.

Como você avalia o trabalho que vem sendo desenvolvido, neste contexto?

A ANPPREV tem se destacado nessa luta árdua e constante. É a Associação que tem estado mais atenta aos movimentos que ocorrem no Congresso Nacional, nos Tribunais e no próprio Executivo. Assim, tem agido desde a luta para a instituição dos honorários e, principalmente, para a sua manutenção e extensão aos aposentados. É um trabalho contínuo de convencimento feito junto a cada parlamentar e dirigente. Há de

ser ressaltado que esse trabalho começa nos estados, na base de cada parlamentar. Daí a grande importância das representações estaduais receberem as coordenadas de ação da ANPPREV Nacional.

Sobre a atuação das representações regionais no contato com parlamentares, poderia destacar a importância desse diálogo?

A articulação política feita no estado da base do parlamentar é o que viabiliza a escuta sobre o pleito. É na base que o trabalho começa. É o primeiro contato diferenciado do congressista com o assunto. Portanto, acredito que o sucesso alcançado na obtenção de várias vitórias para as carreiras da AGU decorreu desse contato próximo realizado nos estados. Como exemplo recente, dentre muitos, destaco a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública Federal, com uma grande e rápida adesão dos parlamentares que foram contatados e visitados nas suas bases. ▶



**SIGA A
ANPPREV
NAS REDES SOCIAIS**

🐦 @anpprevnacional
📷 @anpprevnacional
🎵 @anpprevnacional
📘 @anpprev
📺 ANPPREV TV



ANPPREV volta a integrar o Forvm Nacional da Advocacia Pública Federal

Articulação com entidades coirmãs se fortalece em defesa de agenda comum

Em busca do fortalecimento da mobilização conjunta, a ANPPREV está de volta ao Forvm Nacional da Advocacia Pública Federal. A assinatura do termo que oficializou o retorno, realizada em março, marca a proximidade da Associação com as entidades coirmãs que, unidas, trabalham em prol das carreiras da Advocacia-Geral da União (AGU).

A presidente, Maria Santíssima Marques, e os diretores Amélia Caracas, Ana Dorinda Adsuara, Eulina Berni, Lira Maria Lopes e Aluizo de Lucena receberam representantes das entidades que integram o Forvm - ANAUNI, ANAJUR e SINPROFAZ - na sede da Associação, em Brasília. Santíssima expôs aos presentes a alegria de estar de volta ao grupo, do qual a ANPPREV é uma das fundadoras. “O Forvm nasceu nessa mesa”, ressaltou.

A articulação conjunta nas diversas frentes, inclusive, foi a tônica no primeiro semestre de 2023. Ainda em janeiro, por exemplo, ocorreu a primeira reunião do ano, com a presença também da ANAFE, para tratar de interesses em comum.

As lideranças listaram os principais desafios para o ano e projetaram pautas, como a valorização das carreiras da Advocacia Pública Federal, dentre outras. Na ocasião, a presidente Maria Santíssima enfatizou a importância da manutenção de uma linha coesa e “unidade necessária” em busca dos mesmos objetivos.

Visando articular novas ações, foi realizada nova reunião em fevereiro. No encontro, que contou com a presença do assessor especial de Assun-



tos Parlamentares e Federativos da AGU, Daniel Coimbra, foram discutidos os pleitos e estratégias para uma atuação coordenada no Parlamento.

Seguindo o indicativo, o trabalho foi ampliado no Congresso Nacional. No dia 28 de março, representantes da ANPPREV, ANAUNI, ANAFE e APAFERJ foram recebidos pela senadora Augusta Brito (PT-CE). Além de angariar apoio à criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, os dirigentes pautaram o Projeto de Lei que versa sobre a carreira de apoio à AGU e a importância da paridade de armas entre as carreiras jurídicas.

De volta à mesa, para alinhar as estratégias, o diretor de Finanças e Patrimônio da ANPPREV, Aluizo de Lucena, e lideranças das outras entidades que integram o Forvm Nacional da Advocacia Pública Federal se reuniram, no dia 26 de abril, na sede do SINPROFAZ, em Brasília.

Lucena valorizou a atuação política e estratégica do Forvm, especialmente com a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, que será um importante canal para as entidades dentro

do Congresso, e destacou que, todavia, não se pode “negligenciar as pautas que pleiteiam direitos aos advogados públicos ativos, aposentados e pensionistas” nos demais âmbitos.

NO CONGRESSO NACIONAL

No dia 18 de maio, o Forvm se reuniu com o presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos/MG) para debater o fortalecimento da parceria entre as partes, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2023, que tramita no Senado Federal, e outros projetos e temas de interesse dos advogados públicos federais ativos e aposentados, bem como seus pensionistas. A presidente, Maria Santíssima Marques, e o assessor parlamentar da Presidência da ANPPREV, Roberto Giffoni, estiveram presentes.

O debate segue, com foco na construção de uma agenda de diálogos com parlamentares, bem como com a cúpula da AGU, a fim de avançar na luta pelo fortalecimento da Advocacia Pública Federal e na defesa dos interesses das carreiras nas variadas esferas. ▲

Ministro Carlos Lupi propõe acordo de cooperação técnica

Entidade e Ministério discutirão demandas mais urgentes do setor

“**A** Previdência está no DNA da ANPPREV”, afirmou o diretor de Finanças e Patrimônio da ANPPREV, Aluizo de Lucena, durante reunião com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, no último dia no dia 3 de abril, em Brasília. Na oportunidade, a Associação reafirmou a disposição ao diálogo e ao trabalho conjunto em defesa da Previdência.

O objetivo da reunião foi debater as necessidades mais urgentes do setor. Os presentes, entre eles a presidente, Maria Santíssima Marques, o vice-presidente suplente, Marcílio da Silva, a delegada estadual de Tocantins, Tereza Cristina Ibiapina Araújo, o assessor parlamentar da Presidência da ANPPREV, Roberto Giffoni, e o associado Sebastião Faustino de Paula, coordenador do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUD), destacaram alguns dos pontos passíveis de melhorias, a exemplo da reposição do efetivo da pasta, em vista da crescente demanda social.

Segundo a presidente Maria Santíssima Marques, a história da ANPPREV “sempre foi e continuará pautada na luta em prol dos aposentados e pensionistas”.

O diretor Aluizo de Lucena, citou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela entidade com o apoio do Dr. Sebastião Faustino. O CEJUD, que está em fase final de preparativos para a



retomada, será um importante núcleo de geração de conhecimento técnico, principalmente na área previdenciária, que em muito contribuirá nos debates sobre o aprimoramento da Administração Pública. “Nós sabemos que a Previdência é um assunto sério. Então nós queremos contribuir neste sentido”, acrescentou Aluizo de Lucena.

Em resposta, o ministro Lupi enfatizou que a ANPPREV pode contar com a parceria de sua gestão à frente da pasta da Previdência. Ainda, afirmou que o órgão precisa do apoio das entidades representativas. “Estamos procurando parceiros para termos um diálogo permanente, uma espécie de comitê, com troca de informações” disse o ministro, ao propor um acordo de cooperação técnica.

NOVA REUNIÃO

No dia 9 de maio, o vice-presidente, Rogério Correia, e o coordenador do Centro de Estudos Jurídicos da ANPPREV, Sebastião Faustino de Paula, participaram de nova reunião com o ministro Carlos Lupi para debater o impacto da reforma da Previdência, promovida pela Emenda Constitucional 103, para os servidores federais e a retomada das discussões sobre o fim da contribuição previdenciária sobre as aposentadorias e pensões, tema pautado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, de autoria do ex-deputado e associado à ANPPREV, Carlos Mota.

Carlos Lupi se mostrou receptivo aos pleitos e convidou o Fonacate e o Instituto Servir Brasil, entidades integradas pela ANPPREV e presentes no encontro, para comporem o Conselho Nacional da Previdência. ▲

100 ANOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A ANPPREV marcou presença, no dia 30 de maio, na sessão solene em homenagem aos 100 anos da Previdência Social. O diretor de Finanças e Patrimônio da ANPPREV, Aluizo de Lucena, compôs a mesa da cerimônia no Plenário da Câmara dos Deputados, que contou também com as presenças do Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e do deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT/MA), além de outros representantes de entidades do serviço público. Anteriormente, em 24 de abril, a presidente Maria Santíssima Marques acompanhou solenidade pelo centenário da Previdência realizada no Plenário do Senado Federal. Veja mais no Qr code:



Subsídios foram reajustados em junho

Atualização é fruto de acordo celebrado entre a ANPPREV e o governo federal em março

Depois de anos de congelamento, os Advogados Públicos e Procuradores Federais tiveram os subsídios reajustados, em 9%, em junho. A atualização é fruto do acordo celebrado entre a ANPPREV e o governo federal no dia 24 de março. Além do reajuste salarial, a negociação coletiva, iniciada em fevereiro, garantiu a atualização do valor do auxílio-alimentação, que passou a ser de R\$ 658.

A Portaria com o novo valor do benefício foi publicada no dia 31 de março, uma semana após a celebração do acordo, e entrou em vigência em 1º de maio. Já a efetivação do reajuste foi garantida após a aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 02/2023, que fez ajustes no Orçamento do exercício corrente para viabilizar

o pagamento. A matéria, aprovada em sessão conjunta realizada no dia 26 de abril, foi sancionada pelo presidente Lula no dia 28 de abril. Na mesma ocasião, foi editada a Medida Provisória (MP) 1.170/2023 que atualizou as tabelas salariais das carreiras.

Todo o processo de negociação, desde a reinstalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente até a conclusão do trâmite dos dispositivos legais, durou apenas oitenta dias. A condução de forma emergencial, visando a mitigação das perdas acumuladas pelos servidores federais, foi um dos principais pleitos levados ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) pela ANPPREV e demais entidades de classe.



Com a efetivação do reajuste, os esforços da ANPPREV junto à Administração estão focados em pautas ainda pendentes de encaminhamento com vistas à valorização dos Advogados Públicos Federais, ativos, aposentados e seus pensionistas. Portanto, o diálogo continua. ▲

ANPPREV inicia providências para cumprimento do acordo com o CCHA

Em encontro realizado no 7 de junho, na sede da Associação, entidades comemoraram encaminhamento

Apresidente, Maria Santíssima Marques, os diretores Ana Dorinda Adsuara e Aluizo de Lucena e o assessor parlamentar da Presidência da ANPPREV, Roberto Giffoni, se reuniram no dia 7 de junho com representantes da ANAJUR e do Conselho Curador dos Honorários Advocáticos (CCHA) para celebrar o início das providências alusivas ao cumprimento do acordo referente aos honorários dos procuradores federais aposentados.

Ficou estabelecido que, no primeiro momento, cada entidade encaminharia dez termos devidamente assinados, para servir de amostragem no teste

do sistema, prosseguindo-se com os demais, após a devida aprovação. No caso da ANPPREV, o critério de escolha dos dez primeiros foi sorteio, dentre colegas com idade mais avançada e com estado de saúde mais debilitado.

A Associação esclarece que o cumprimento das obrigações do acordo implica um procedimento complexo que envolve o associado, a ANPPREV, como entidade viabilizadora, o CCHA, como executor, a AGU, como ente homologador, e o Banco do Brasil, como órgão pagador, sem esquecer da necessidade de verificação pelo CCHA/AGU, caso a caso, de eventuais ações individuais de paridade. ▲

ANPPREV se reúne com presidente da CCJC

Rui Falcão (PT/SP) recebeu lideranças no dia 22 de maio, em Brasília

Em continuidade ao trabalho legislativo, com vistas ao acompanhamento de matérias de interesse dos advogados públicos ativos e aposentados, bem como seus pensionistas, o diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, e os assessores parlamentares da Presidência da Associação, Luciana Hoff e Roberto Giffoni, se reuniram com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, deputado Rui Falcão (PT/SP), no dia 22 de maio.

Além de apresentarem as principais matérias da agenda legislativa e

falarem da importância estratégica da Advocacia-geral da União e de seus membros para o Estado brasileiro, os representantes da ANPPREV relataram o trabalho de interlocução diuturna com as diversas lideranças que as entidades integrantes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal vêm desenvolvendo. Atuação tem como importante aliada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, liderada pelo deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS-MG).



O deputado, que preside a mais importante Comissão da Casa, ouviu atentamente os pleitos e se prontificou a dar continuidade aos diálogos com as entidades. Matérias de interesse do conjunto do serviço público, como a reforma administrativa, ainda estiveram em pauta na reunião.

O presidente da ANAUNI, Clóvis Andrade, também esteve presente no encontro. ▲

▲ CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

Avançam preparativos para a retomada do CEJUD

“O projeto é ambicioso, mas factível”, destaca o diretor de Finanças e Patrimônio da ANPPREV

Os primeiros meses do ano foram marcados pela intensificação dos preparativos para a retomada das atividades do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUD) da ANPPREV. No dia 15 de junho, a Coordenação se reuniu para debater a agenda de trabalho e os próximos passos. Anteriormente, no dia 20 de abril, os diretores da Associação Aluizo de Lucena e Antônio Carlos Barbosa e os assessores parlamentares da Presidência Luciana Hoff e Roberto Giffoni, acompanhados do associado Sebastião Faustino de Paula, coordenador do CEJUD, promoveram um debate ampliado da iniciativa, com a presença de membros ilustres das carreiras da Advocacia Pública Federal, dentre eles quadros

que ocupam posições importantes no âmbito previdenciário.

No evento, realizado na sede da entidade, em Brasília, Sebastião Faustino apresentou o CEJUD aos presentes e salientou que a iniciativa visa promover debates sobre variados temas, mas tendo como sua principal vocação a Previdência, devido à relação histórica da ANPPREV com a área. Cursos de pós-graduação, com a abordagem de aspectos teóricos, práticos e jurisprudenciais, bem como artigos científicos serão alguns dos produtos do Centro de Estudos, acrescentou.

“O projeto é ambicioso, mas factível. O que nós queremos é produzir conhecimento”, observou Aluizo de Lucena.

As perspectivas para início dos trabalhos e os objetivos de longo prazo também foram pauta das discussões. Para o consultor jurídico do Ministério da Previdência Social, Felipe Cavalcante, é preciso, desde já, compreender a importância de “ampliar a visão” e trazer para o CEJUD pontos de vista que auxiliem no desenvolvimento das políticas públicas, tendo como objeto a realidade “do que acontece lá na ponta”. ▲



ANPPREV

José Weber Holanda Alves relembra origens da PGF

Primeiro Procurador-Geral Federal, associado à ANPPREV fala dos desafios iniciais e do estabelecimento da instituição, que completa 21 anos em 2023

“O ministro José Bonifácio de Andrada, disse que tínhamos seis meses para tornar o que estava feito - a criação da PGF, no caso - algo irreversível”

Em julho de 2023, a Procuradoria-Geral Federal, criada pela Lei nº 10.480/2002, completa 21 anos de vida. Neste período, a PGF cresceu e se consolidou, com entregas a cada dia mais significativas para a sociedade brasileira, fruto do esforço de diversos atores, dentre eles os que, a despeito das dificuldades iniciais impostas, em grande parte, pela falta de estrutura e pessoal, tiraram do papel esta relevante iniciativa, que viria a se tornar uma instituição indispensável à AGU e ao Estado brasileiro.

Para fazer este resgate histórico, entrevistamos o primeiro Procurador-Geral Federal e associado à ANPPREV, José Weber Holanda Alves. Do sonho do ex-Advogado-Geral da União, Gilmar Mendes, passando pelos ganhos trazidos com o advento da PGF, ao legado deixado

pelos pioneiros às gerações futuras de procuradores, Weber traz a visão e a experiência de quem é parte importante desta história.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

Em que contexto foi idealizada a PGF? Qual conjuntura se apresentava para a Advocacia Pública?

Quando o ministro Gilmar Mendes esteve na AGU, ele se deparou com um ambiente de grande desorganização. Eram quase 200 órgãos jurídicos de autarquias e fundações desarticulados. Cada um deles trabalhando como se fosse uma ilha, sem existir uma coordenação e, muitas vezes, em sentidos opostos. A partir disso, ainda

em seu período como Advogado-Geral da União, ele pensou em criar um órgão para coordenar todas as autarquias e fundações.

E a partir de então, como transformar um ideal em um órgão em pleno funcionamento?

Foi uma tarefa hercúlea. Quando a Lei 10.480 foi sancionada, não havia orçamento disponível naquele instante, nem previsão de recursos para o ano de 2003. Não tínhamos sequer uma sala. A PGF foi criada com cinco cargos. Eu brinco que a gente cabia em um Fusca. Então, fomos bater à porta do Ministério do Planejamento. Desta forma, conseguimos, com algumas emendas, recursos para o exer-

“Tivemos uma normatização, uma padronização de defesa e contestações, gerando uma economia processual sem precedentes”

cício seguinte. Logo no início dos trabalhos, conseguimos doações de materiais vindos da Receita Federal e de algumas autarquias.

Os obstáculos não foram apenas de estrutura e pessoal, mas também políticos. Tinha muita gente torcendo a favor, mas também muitos torcendo contra. Encontramos muita resistência.

O chefe da AGU à época, ministro José Bonifácio de Andrada, disse que tínhamos seis meses para tornar o que estava feito - a criação da PGF, no caso - algo “irreversível”. Era ano eleitoral. Não sabíamos quem iria ganhar a disputa. Então, se o modelo não fosse bom, se nossos “clientes” não gostassem, iriam revogá-lo.

O que representou, naquele momento, a criação da Procuradoria-Geral Federal?

Sem dúvidas, um ganho bastante expressivo. Uma grande economia, tanto do ponto de vista processual quanto do ponto de vista econômico e financeiro. Tivemos uma normatização, uma padronização de defesa e contestações, gerando uma economia processual sem precedentes.

Qual é o sentimento ao ver hoje a estatura que a PGF alcançou?

É como ver um filho nascer - um ser indefeso -, crescer e depois de décadas, se tornar um adulto, com um histórico bonito e com um futuro muito promissor ainda pela frente. Eu diria que a PGF não é mais uma adolescente, mas uma jovem senhora.

Qual o principal legado deixado por aqueles primeiros personagens para os mais novos?

Acredito que as principais marcas deixadas foram a força de vontade, a determinação e a resiliência para alcançar este desiderato, que era criar a Procuradoria-Geral Federal. Nossa equipe era pequena - alguns destes amigos já faleceram -, mas tínhamos disposição para enfrentar os problemas e a falta de recursos.

Como a PGF engrandece a AGU e a Advocacia Pública Federal como um todo?

Eu entendo a PGF como um “órgão meio”, que dá suporte à execução das políticas públicas. Então, a partir do momento em que você garante a melhoria dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações, você dá sustentabilidade jurídica às políticas públicas, para a melhoria de sua execução.

Como você avalia a participação das entidades representativas nesta história?

As entidades da Advocacia Pública sempre prestaram importantes contribuições. As associações se mostram, muitas vezes, um suporte para as instituições do setor público, inclusive no que diz respeito ao aspecto financeiro, apoiando iniciativas. Então, entendo que as entidades representativas vêm contribuindo bastante e ainda têm muito a ajudar. ▲

“A partir do momento em que você garante a melhoria dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações, você dá sustentabilidade jurídica às políticas públicas”





Afinal, o que é a revisão da vida toda?

por Sebastião Faustino de Paula

Nos últimos tempos, no meio jurídico, não se fala em outra coisa, seja contra ou a favor, o assunto em voga é a “Revisão da Vida Toda”. Afinal, o que se busca com essa revisão? Computar todo o período contributivo dos segurados do RGPS (INSS), tendo em vista que após a promulgação da Lei nº 9.876/1999 (que instituiu o fator previdenciário), somente se leva em conta para o cálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário as contribuições vertidas a contar de julho de 1994, desconsiderando as contribuições feitas até junho de 1994.

Logo, a pergunta muito comum que surge é: no cálculo do benefício não se levava em conta todas as contribuições vertidas ao longo da vida contributiva do segurado? Não. Nunca foi. Para tanto, vejamos um retrospecto histórico de como foi a evolução legislativa sobre o cálculo do benefício previdenciário.

A Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS (Lei nº 3.807/1960) previa em seu artigo 23 que o cálculo dos benefícios tomaria por base o “salário de benefício” assim denominado a média dos salários sobre os quais o segurado haja realizado as últimas 12 (doze) contribuições mensais.

Posteriormente, o Decreto-lei nº 66/1966 permitiu o prolongamento do período básico de contribuição para até 24 (vinte e quatro meses) antes do óbito, no caso de pensão, ou ao início do benefício nos demais casos.

O Decreto nº 77.077/1976, que instituiu a Consolidação das Leis da Previdência Social – CLPS, elasteceu esse período para no máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses.

Em 1988, o assunto foi alçado para o âmbito constitucional. O artigo 202 da Constituição Federal previa que a aposentadoria deveria ser calculada com base nas últimas 36 contribuições.

A nova lei de benefícios – Lei nº 8.213/199 – praticamente repetiu o normativo anterior quando previu em seu artigo 29 que salário-de-benefício consistiria na média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição até o máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses.

A EC 20/1998, retirou o número de contribuições integrantes do período básico de cálculo do texto consti-

tucional e atribuiu essa responsabilidade ao legislador ordinário. Para regulamentar a questão, foi editada a Lei nº 9.876/1999, que entrou em vigor em 29/11/1999 e instituiu o fator previdenciário no cálculo das aposentadorias e ampliou o período e apuração dos salários-de-contribuição utilizados no cálculo do salário de benefício. Levando-se em conta o plano Real, que ao traçar medidas de estabilização econômica e de “desindexação monetária”, a “Lei do Fator Previdenciário” definiu dois critérios para a realização do cálculo do salário de benefício: uma regra geral e uma regra de transição.

A regra geral foi aditada ao artigo 29 da Lei nº 8.213/1991 que passou a prever que o salário-de-benefício consistiria na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo (aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial, auxílio-doença e auxílio-acidente) e, para as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, essa média aritmética simples seria multiplicada pelo fator previdenciário.

Porém, o artigo 3º da Lei nº 9.876/1999 previu uma transição fixada nos seguintes termos: “Para o segurado filiado à Previdência Social até o dia anterior à data de publicação desta Lei, que vier a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, no cálculo do salário-de-benefício será considerada a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, correspondentes a, no mínimo, oitenta por cento de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.”

Por fim, a Emenda Constitucional 103/2019, assim previu em seu artigo 26: “Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência

julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência”.

Alguns segurados alegam que antes de julho de 1994 possuíam contribuições maiores do que aquelas feitas após essa data, de modo que essas contribuições deveriam ser computadas no cálculo do salário de benefício na forma prevista na regra do artigo 29, ou seja, levar em conta todo o período contributivo (contribuições feitas ao longa de toda vida contributiva) e não somente as contribuições a contar de julho de 1994.

Nesse sentido, o assunto chegou ao Supremo Tribunal Federal – STF, sob o Tema 1102, onde se discutiu – e ainda se discute – a “Possibilidade de revisão de benefício previ-

denciário mediante a aplicação da regra definitiva do artigo 29, incisos I e II, da Lei nº 8.213/91, quando mais favorável do que a regra de transição contida no artigo 3º da Lei nº 9.876/99, aos segurados que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social antes da publicação da referida Lei nº 9.876/99, ocorrida em 26/11/99”. Tendo sido fixada a seguinte Tese: “O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável”.

A PGF, em nome do INSS, interpôs Embargos de Declaração com

vistas a obter alguns esclarecimentos sobre os contornos da decisão. Adiante-se que o maior impacto não será o financeiro, mas sim o administrativo.

Sebastião Faustino de Paula. Procurador Federal. Doutor em Direito pela Universidade do Porto/Portugal. Mestre em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília. Foi Diretor de Benefícios do INSS e Procurador-Geral da PFE/INSS. Autor de livros e apostilas. Atualmente em exercício na Coordenação de Orientações e Estudos Judiciais Previdenciários da Procuradoria Nacional Federal de Contencioso Previdenciário/PGF e Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos da ANPPREV.

▲ AGO

Associados aprovam contas e relatório de atividades do Conselho Executivo no exercício 2022

Deliberação foi realizada em março

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), associados de todo o país aprovaram as contas e o relatório anual de atividades do Conselho Executivo da ANPPREV referentes ao exercício 2022. A etapa deliberativa, por meio de votação eletrônica, foi realizada de 16 a 21 de março.

Do total de 249 votantes, 237 aprovaram as contas, 2 não aprovaram e 10 votaram em branco. No que diz respeito ao relatório de atividades, 240 aprovaram, 1 não aprovou e 8 votaram em branco. A deliberação foi conduzida pelo associado José Expedito de Freitas, eleito Presidente dos Trabalhos também por meio de votação eletrônica, e teve como secretário o associado Roberto Eduardo Ventura Giffoni, ambos do Distrito Federal.

Esta foi a AGO para análise das contas e do relatório de atividades do Conselho Executivo com a maior participação na história da ANPPREV. O feito dá ainda mais respaldo ao resultado registrado e fortalece as instâncias democráticas da entidade. ▲

*imagem meramente ilustrativa





01 2 de Janeiro | Representantes da ANPPREV acompanham a cerimônia de posse do ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias.



02 3 de Janeiro | Logo após assumir o cargo, Procuradora-Geral Federal, Adriana Venturini, recebe a Associação na sede da AGU.



03 3 de Janeiro | ANPPREV marca presença na posse do Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi.



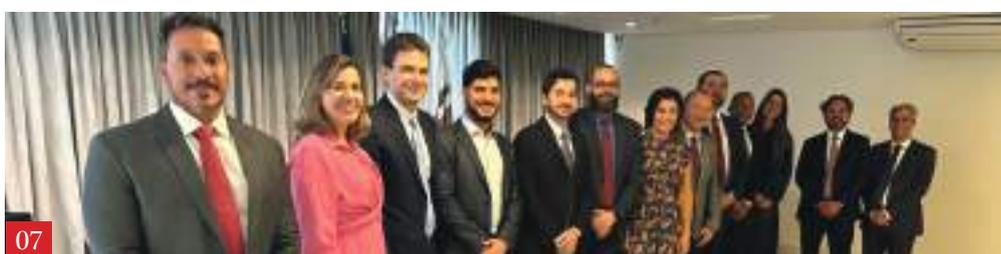
04 12 de Janeiro | A representante estadual no Rio de Janeiro, Guilhermina Medeiros, acompanha a posse do Coronel de Artilharia Alexandre Roberto da Silva na direção do Museu Histórico do Exército e no comando do Forte de Copacabana.



05 13 de Janeiro | A presidente, Maria Santíssima Marques, e o diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, se reúnem com o Advogado-Geral da União Substituto, Flávio Roman, e o Procurador-Geral da União, Marcelo Almeida, na sede da AGU, em Brasília.



06 25 de Janeiro | ANPPREV recebe lideranças de entidades coirmãs - ANAJUR, ANAFE, ANAUNI.



07 26 de Janeiro | Associação se reúne com procuradores federais indicados para cargos estratégicos no novo governo.



08 21 de Janeiro | Reafirmando sua parceria e disposição ao diálogo, ANPPREV recebe parte da nova cúpula da Advocacia-Geral da União.



09



10



11



12



13



14



15



16

09 1 de fevereiro | O Diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, e o Assessor Parlamentar da Presidência da ANPPREV, Roberto Giffoni, marcam presença na cerimônia de posse da nova Diretoria da ANPM.

10 6 de fevereiro | No Rio de Janeiro, Associação se reúne com representantes da Procuradoria-Regional Federal da 2ª Região (PRF2).

11 7 de fevereiro | ANPPREV participa de reabertura da mesa negocial permanente. Em destaque na pauta, o reajuste emergencial.

12 8 de fevereiro | Maria Santíssima Marques e Aluizo de Lucena participam de ato público em defesa do Estado Democrático de Direito, realizado pelo Sindilegis, na Câmara dos Deputados.

13 15 de fevereiro | Membros do Conselho Executivo da Associação e a assessora parlamentar da Presidência, Luciana Hoff, recebem o deputado federal Rui Falcão (PT/SP) e o ex-deputado Vicente Cândido.

14 15 de fevereiro | ANPPREV se reúne com o assessor especial de Assuntos Parlamentares e Federativos da AGU, Daniel Coimbra, e com representantes da ANAFE, da ANAUNI, da ANAJUR e do SINPROFAZ. O objetivo do encontro é debater o fortalecimento da Advocacia Pública Federal.

15 28 de fevereiro | Demandas de associados e fortalecimento da Advocacia Pública são pautas de reunião com PGF.

16 28 de fevereiro | Associação marca presença na instalação do Grupo de Trabalho para regulamentação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD).



17 2 de março | Deputado Lafayette de Andrada faz visita de cortesia à ANPPREV.

18 8 de março | Presidente Maria Santíssima Marques prestigia entrega da medalha Myrthes Gomes de Campos à associada Maria Alice de Medeiros Silva, na OAB/DF.

19 9 de março | ANPPREV participa da abertura de seminário sobre o papel do advogado público, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília.

20 14 e 15 de março | Representantes estaduais fazem visitas a gabinetes de deputados federais.

21 21 de março | Na Câmara, Fonacate promove café da manhã com a presença de parlamentares. Evento visa promover aproximação entre servidores e congressistas.

22 23 de março | ANPPREV assina termo que marca o retorno da entidade ao Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal.

23 24 de março | Em ato no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ANPPREV e outras entidades assinam acordo por reajuste de 9%.

24 28 de março | O diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo de Lucena, e o assessor especial na Comissão do Exército Brasileiro em Washington, procurador federal e associado à ANPPREV, Wilson de Castro Junior, se reúnem com o Consultor-Geral da União, André Dantas.

25 28 de março | ANPPREV e entidades coirmãs dialogam com senadora Augusta Brito.

26 10 de abril | A ANPPREV, junto a outras entidades do Fonacate, se reúne com o secretário do MGI, Francisco Gaetani, para discutir a valorização do serviço público.



27



28



29



30



31



32



33

27 11 de abril | A presidente, Maria Santíssima Marques, e a diretora de Assuntos Jurídicos da Associação, Eulina Berni, marcam presença na aula inaugural do curso “Democracia e Combate à Desinformação”, de iniciativa da Escola Superior da AGU.

28 13 de abril | Representantes da ANPPREV, ANAUNI, ANAJUR, ANAFE e SINPROFAZ apresentam demandas, esclarecem dúvidas e debatem agenda de trabalho com o Conselho Curador de Honorários Advocáticos (CCHA).

29 19 de abril | Conselho Executivo e representantes estaduais se reúnem com os anpprevianos de Recife para dialogar sobre temas associativos e matérias de interesse nos âmbitos parlamentar e jurídico.

30 19 de abril | ANPPREV recebe o deputado Pedro Aihara (Patriota/MG) e representantes de entidades coirmãs da Advocacia Pública, para discutir sobre as principais matérias de interesse dos advogados públicos ativos e aposentados, bem como de seus pensionistas, no Parlamento.

31 24 de abril | A presidente da Associação, Maria Santíssima Marques, participa de solenidade em alusão ao centenário da Previdência Social no Brasil, realizada no Plenário do Senado Federal.

32 18 de maio | Forvm Nacional da Advocacia Pública Federal se reúne com o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos/MG) para fortalecer a parceria entre as partes.

33 22 de junho | ANPPREV e representações coirmãs da Advocacia Pública discutem estruturação da carreira de apoio com a Secretária-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União, Clarice Calixto.

NOTAS

NOVA AÇÃO DE EXECUÇÃO DOS 28,86%

Visando garantir os direitos dos associados que, por algum motivo, não estiveram contemplados em execuções anteriores, a ANPPREV e o SINPROPREV anunciaram o ajuizamento de uma nova ação de execução das parcelas do reajuste dos 28,86%. Para se habilitar ao ajuizamento, o interessado não pode ser litigante em outra ação. O risco de litispendência resulta em ônus para os litigantes.

A ação contempla o período de janeiro de 1993 até junho de 2000, ou seja, desde a instituição do reajuste pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93 até a reestruturação da carreira, pela MP 2.048-26/2000, quando o reajuste foi incorporado à remuneração.

Como patrocinador da ação, foi contratado o escritório Mendes Plutarco Advocacia. Os honorários de êxito são idênticos aos já praticados pelo escritório em outras ações de execução, 7% (sete por cento) sobre o proveito econômico a ser auferido pelos beneficiários.

A ANPPREV providenciou o envio de carta orientativa para a residência dos associados que não possuem ação com o mesmo objetivo patrocinada pela Associação, mas alerta que os interessados se certifiquem que não estão executando por intermédio de outra entidade.

Por fim, informamos que o prazo-limite para aderir à ação é de um ano contado desde o comunicado, pois está dentro do prazo de execução do título.

Em caso de dúvidas, entre em contato com o nosso Departamento Jurídico: 0800 648 1038 / 61 3322-0170 / 61 98198-8358.

ANPPREV PASSA A INTEGRAR INSTITUTO SERVIR BRASIL

A ANPPREV agora faz parte do Instituto Servir Brasil, organização vinculada à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Frente Servir Brasil). O ingresso da Associação no rol de entidades que integram a iniciativa foi ratificado em reunião realizada no último dia 4 de maio.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, na 57ª Legislatura, foi lançada em 11 de abril e tem como princípios a defesa e a valorização do setor, atuando em matérias de interesse não só dentro do Congresso Nacional, mas também na interlocução com os demais Poderes da República e outros diversos atores. A Frente é presidida pelo deputado André Figueiredo (PDT/CE) e tem o deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP) como secretário-geral.

MAIS VANTAGENS

Adquira passagens aéreas nacionais com os melhores preços. A ANPPREV, em parceria com a SLC Viagens, oferece descontos exclusivos para associados e dependentes diretos, por meio do aplicativo TechTravel.

Na plataforma, você escolhe seu destino, datas, companhia aérea de preferência e ainda efetua o pagamento em um ambiente seguro.

Então, quando for planejar a sua próxima viagem, conte com as vantagens exclusivas que a ANPPREV te proporciona.

Para saber mais, entre em contato com a Associação:

✉ anpprev@anpprev.org.br

☎ 61 3322-0170 | 0800 648-1038

MANTENHA SEU CADASTRO ATUALIZADO

Já conferiu se seus dados junto à ANPPREV estão atualizados? A manutenção da base de dados atualizada garante, por exemplo, que a Associação consiga se comunicar de maneira tempestiva com os anpprevianos de todo o país acerca de ações judiciais e outros temas de interesse.

Para verificar e atualizar seus dados, entre em contato conosco pelo e-mail anpprev@anpprev.org.br.

Você pode fazê-lo também por meio de nosso site. Acesse anpprev.org.br, clique em "Fazer login", no canto superior direito da tela, e insira seus dados para acessar a área restrita.

Não sabe como ingressar na área restrita? Acesse o Qr-Code ao lado e confira um passo a passo.



Ao ingressar na área restrita, no menu, selecione a opção "Meu Cadastro". Confira e, se necessário, altere seus dados (informações pessoais, informações familiares, endereço, etc.). Ao final deste processo, clique em "Continuar".

Pronto, seus dados estarão revisados e atualizados!

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco:

☎ 61 99677-0396

☎ 61 3322-0170 | 0800 648-1038

✉ anpprev@anpprev.org.br

SAÚDE

Associados à ANPPREV
têm descontos exclusivos
em medicamentos

ASAclub

até
90%
de desconto

DROGARIA
COLORADO
Quem ganha é você!

até
55%
de desconto

DROGARIA
MAIA

até
30%
de desconto

extrafarma

ANPPREV CARD

a partir de
20%
de desconto

PagueMenos

a partir de
16%
de desconto

Droga
Raia

a partir de
16%
de desconto

DROGASIL

Acesse anpprev.org.br/convenios
e saiba mais.

APROVEITE!

REMETENTE:

**Associação Nacional dos Procuradores e
Advogados Públicos Federais – ANPPREV**

SAUS 06 Bloco K, Ed. Belvedere, Grupo IV
Brasília/DF – CEP 70.070-915

61 3322-0170 • 0800 648 1038

